

Entre a História e a Memória: o Cinquentenário da Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná

Mayara da Fontoura das Chagas¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção de uma memória oficial nas comemorações referentes ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros, que ocorreu no Sudoeste do Paraná em 1957, através de documentos produzidos pelas Secretarias de Cultura de Francisco Beltrão e Pato Branco. Em Pato Branco, o documento intitula-se *50 anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de Lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Nele há uma apresentação detalhada que aborda desde as questões de terras no Sudoeste do Paraná, até o desenrolar da Revolta e suas consequências. Em Francisco Beltrão, a Secretaria de Cultura elaborou e publicou textos intitulados *Cadernos Culturais*. Em tais publicações temos a caracterização do movimento, das principais instituições envolvidas no processo, a cronologia dos fatos históricos, entre outros. Assim, partimos da hipótese de que tais textos comemorativos visaram construir e afirmar uma determinada visão de passado e, dessa forma, produzir uma identidade para os habitantes dos referidos municípios. Para tanto, temos como objetivo investigar a produção de uma memória oficial acerca da Revolta dos Posseiros de 1957, nas cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco – PR, no período de 2007, analisando as condições de produção das publicações das Secretarias de Cultura e os discursos presentes nas publicações das mesmas. Além de considerar e problematizar as semelhanças e diferenças entre tais discursos. A partir disso, tal estudo se justifica na medida em que irá contribuir para o conhecimento do conflito agrário denominado a Revolta dos Posseiros – 1957. E, também, pela necessidade de uma maior aproximação do ensino para com os fatos históricos que constituem a história do Estado do Paraná, pois além das datas comemorativas pouco se discute sobre tais movimentos em sala de aula e nas comunidades em geral. Sendo que ao discutirmos sobre a Revolta compreendemos a mesma como uma revolta realizada por posseiros, ou seja, por aqueles que estavam na posse das terras na região ou que ocupavam um trecho de terra sem ser portador de um título legal de propriedade, tanto na área urbana quanto rural, possuindo ou não o protocolo disponibilizado pelo primeiro órgão colonizador instituído na região, a Colônia Agrícola Nacional General Osório. E, por colonos entendemos, pequenos proprietários que receberam ou adquiriram lotes para cultivo e subsistência, sendo que tais lotes podiam ser adquiridos do Estado ou de colonizadoras particulares. Assim, a Revolta dos Posseiros de 1957 constituiu-se por grupos distintos que tinham por objetivo defender além de suas propriedades, suas comunidades, seus familiares e seus ideais, o que pode ser compreendido, principalmente pelos embates políticos que envolveram o Sudoeste paranaense no período e pela repercussão tida pela Revolta dos Posseiros de 1957.

Palavras-chave: Revolta dos Posseiros, Discurso, Memória.

O conflito denominado Revolta dos Posseiros de 1957, que ocorreu no Sudoeste do Paraná, ainda hoje incita questionamentos. Tais questões vão desde os motivos que levaram à Revolta, até suas consequências. Vários foram os esforços para que as memórias deste conflito fossem preservadas e, ainda, que se estabelecesse uma memória oficial acerca deste movimento.

Dentre os autores que realizaram estudos sobre a revolta, destacam-se os seguintes: Ruy Christovam Wachowicz, Sittilo Voltolini, Rubens da Silva Martins, Hermógenes Lazier, Éverly Pegoraro e Silvia Maria Amâncio. Tais autores buscaram analisar diferentes aspectos que envolveram a Revolta dos Posseiros. Assim, esses trabalhos nos possibilitam compreender como a mesma se desenvolveu, quais foram os principais fatores que a influenciaram e seus legados.

Ruy Christovam Wachowicz, em seu livro *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*, abordou os principais momentos e aspectos que envolveram a ocupação e colonização do território que hoje conhecemos como o Sudoeste do Paraná. Wachowicz dedicou-se a apresentar de forma descritiva os fatos que levaram a colonização, destacando os povos que a colonizaram, as transformações ocorridas na organização territorial e os conflitos agrários que lá surgiram. Para tanto se utilizou de documentos oficiais como relatórios de departamentos do governo, do presidente da província, ofícios, periódicos e 32 relatos orais produzidos pelo mesmo, além de outros 49 relatos produzidos pela FUNDEPAR no projeto Fontes Culturais para o Ensino.

Sittilo Voltolini no livro *Retorno 2: Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*, buscou evidenciar apenas a presença de habitantes de Pato Branco na Revolta, ressaltando personagens pato branquenses, fatos que lá ocorreram e os meios de comunicação que influenciaram tal levante.

Rubens da Silva Martins publicou, em 1986, o livro *Entre Jagunços e Posseiros*, no qual realiza uma ampla análise referente à sua experiência profissional e política, pois foi prefeito de Francisco Beltrão de 1953 a 1956, período que antecedeu a Revolta dos Posseiros. Em 1957, durante a Revolta, foi Delegado de Polícia no referido município. Sua obra adquire um caráter detalhista, no entanto, voltada principalmente para sua vida política, ressaltando questões partidárias existentes entre o PSD – Partido Social Democrata, o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro e a UDN–União Democrática Nacional e, ainda, a sua atuação profissional na região, como médico.

Hermógenes Lazier, no livro *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*, publicado em 1986, nos permite compreender como se desenvolveram os fatos que culminaram na Revolta dos Posseiros e, ainda, qual a importância desse conflito para a organização territorial do Paraná. Sendo assim, suas discussões se referem principalmente à ocupação do Sudoeste paranaense através das companhias colonizadoras como a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda – CITLA, a importância exercida neste processo pela Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO e mais tarde do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste – GETSOP, entre outras. Além das consequências da Revolta para as questões territoriais.

Éverly Pegoraro na obra intitulada *Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*, aborda a questão de como no período, jornais e rádios influenciaram no desenrolar do movimento conhecido como Revolta dos Posseiros, 1957. Para tanto, ao discutir a participação da Rádio Colméia, de Pato Branco e Francisco Beltrão, na Revolta, Pegoraro utilizou-se de relatos orais, tanto de ouvintes quanto de sócios fundadores. Assim, podemos observar neste livro versões distintas sobre a Revolta. O mesmo acontece quando a autora se propõe a analisar jornais que noticiaram o movimento, pois alguns se utilizaram do momento apenas para salientar a oposição ao então governador do

Estado do Paraná, Moisés Lupion. Já outros deram voz aos posseiros, ou seja, aqueles que eram tidos por alguns como vítimas e por outros como culpados.

E, Silvia Maria Amâncio em sua dissertação de Mestrado intitulada *Ontem, Luta Pela Terra; Hoje, Monumento Histórico: a Revolta dos Posseiros em suas variadas versões*, analisa a construção da ideia de que a Revolta dos Posseiros tornou-se um monumento histórico e como são variadas as versões apresentadas sobre o mesmo movimento. Amâncio busca problematizar como os discursos jornalísticos contribuíram para a formação de uma memória acerca da Revolta. Outro aspecto importante a ser destacado é a ampliação do debate acerca dos esforços realizados para a transformação deste movimento em um monumento.

No ano de 2007 ocorreram as comemorações referentes ao Cinquentenário da Revolta e para as mesmas foram produzidos diferentes materiais informativos sobre a revolta, dentre eles estão os encartes produzidos pelas Secretarias de Cultura de Francisco Beltrão e Pato Branco, além de uma peça teatral. Embora o recorte temporal abordado seja o ano de 2007, nos remeteremos também a 1957, ano em que ocorreu a Revolta dos Posseiros, as décadas de 1980-90 pela produção bibliográfica significativa sobre o assunto e em 2007 analisaremos a comemoração do cinquentenário da mesma. Assim, o presente estudo visa analisar documentos produzidos pelas Secretarias de Cultura de Francisco Beltrão e Pato Branco que apresentam discursos relativos às comemorações do cinquentenário, os quais são baseados nas obras de Hermógenes Lazier e Sittilo Voltolini, respectivamente. Tais publicações são resultados de projetos que visam o “resgate” de uma memória sobre este movimento.

Então, ao problematizarmos as condições de produção e analisarmos os discursos presentes nas publicações das Secretarias de Cultura de Francisco Beltrão e Pato Branco, alusivos ao cinquentenário da Revolta dos Posseiros, fizemos o levantamento e a leitura de textos sobre a Revolta. Sendo que a bibliografia selecionada, e já citada, encontra-se disponível na Biblioteca da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *campus* de Marechal Cândido Rondon – no CEPEDAL – Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná e também na Biblioteca Pública de Francisco Beltrão.

Sendo que em Pato Branco, o documento produzido pela Secretária de Cultura intitula-se *50 anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de Lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Nele há uma apresentação detalhada que aborda desde as questões de terras no Sudoeste do Paraná, até o desenrolar da Revolta e suas consequências. Além da Secretaria de Cultura de Pato Branco, órgãos como o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Cultura, a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná, a 14ª Regional de Cultura e a Prefeitura Municipal de Pato Branco apoiaram a publicação de tal material.

Em Francisco Beltrão, a Secretaria de Cultura do Município elaborou e publicou textos intitulados *Cadernos Culturais*, cujos primeiros cinco números foram dedicados à comemoração do cinquentenário da Revolta dos Posseiros. Em tais publicações temos a caracterização do movimento, das principais instituições envolvidas no processo, a cronologia dos fatos históricos, mapas referentes à divisão de terras, imagens pertencentes à exposição fotográfica e o roteiro de uma peça encenada pela Companhia Théspis sobre a Revolta.

Cabe mencionar que a atividade da Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão está inserida no *Projeto Memória*. Que, trata-se de um

conjunto de projetos desenvolvidos pelo Departamento de Cultura (2001-2004) que visa reunir, organizar e disseminar a expressão cultural de nossa gente, através da formação de um patrimônio histórico-cultural autêntico, digno de ser apreciado, com peças e documentos significativos que sirvam como fonte de referência para as futuras gerações.²

Compreende-se então, através da apresentação do projeto, a construção de um discurso que visa organizar, disseminar e constituir apenas uma memória, ou seja, uma memória oficial

construída sobre relatos e documentos que atendam as memórias individuais, instituindo uma memória coletiva.

Segundo Eni P. Orlandi “A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social”³. Partindo desta perspectiva, podemos entender que o discurso é o vínculo existente entre o homem e a sociedade onde vive. O discurso traz consigo questões subjetivas ligadas à realidade social onde o sujeito encontra-se. Assim, Orlandi entende que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores”⁴.

A partir disso entendemos que os discursos apresentados sobre a Revolta dos Posseiros⁵, 1957, vão além de um simples “narrar” de fatos. Estão ligados a interpretações sobre questões que circundavam o momento como, por exemplo, o litígio das terras da Gleba Missões, a instituição de companhias colonizadoras na região, a vinda de colonizadores, entre muitos outros aspectos.

Compreende-se então que o discurso não se realiza de forma isolada sobre questionamentos de um único indivíduo, mas através de grupos. Assim sendo,

Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. Mas, embora todo discurso seja proferido por alguém – um indivíduo (ou vários) –, esse sujeito (pode ser o autor de um texto, por exemplo) não é responsável pelos significados que existem em seu discurso, uma vez que nenhum discurso é de autoria exclusiva de seu autor, já que todos os indivíduos fazem parte de uma mesma memória coletiva.⁶

Segundo Orlandi não há a possibilidade de não interpretarmos os discursos com que nos deparamos. Então, ao compreendermos que a construção de um discurso dá-se de forma conjunta, entre um grupo de indivíduos, entendemos que este é amplamente ligado a uma linguagem autorizada, ao poder simbólico dado aquele a quem o grupo considera sendo uma “autoridade” no assunto, ou seja, o “porta-voz”, para usarmos a expressão de Pierre Bourdieu. Segundo ele,

[...]. O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é por assim dizer, o procurador.⁷

Assim, segundo Bourdieu, a autoridade não é apenas cedida a um indivíduo qualquer presente no grupo, mas aquele que representa os rituais sociais a que o grupo se identifica. Tal discurso deve ainda ser compreendido e reconhecido para que então possa ser proferido por aquele a que se delegou a autoridade da fala. Sendo, ainda, importante salientar o lugar onde este “procurador” fala.

Na Revolta dos Posseiros muitas foram às interpretações acerca dos fatos e acontecimentos que ocorreram e, também, muitos são os discursos construídos a respeito da mesma. Um dos discursos mais reconhecidos é que a Revolta foi a única em que colonos⁸ saíram vitoriosos sobre companhias de terras. Tal discurso é autorizado principalmente por órgãos oficiais que passam a construir uma memória oficial acerca deste movimento.

Compreendendo memória, segundo Le Goff, “como propriedade de conservar certas informações”⁹ e, ainda, como possibilidade do homem poder “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”¹⁰, podemos problematizar como a memória é produzida e utilizada, principalmente pelo Estado que muitas vezes a transforma em diferentes documentos/monumentos¹¹.

[...]. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹²

A comemoração do cinquentenário da Revolta dos Posseiros de 1957 remete-nos a estas manipulações de memória, individual no que diz respeito aos silêncios e coletiva, na construção de monumentos sobre o movimento.

Michael Pollak ao discutir questões acerca da memória nos remete as disputas existentes dentro deste campo, pois para ele existe sim uma memória comum a um grupo ou uma sociedade, diferente da memória oficial que é “a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor”¹³. A partir destas disputas é que podemos observar a existência de silêncios e esquecimentos presentes na memória comum e as formas como esta é transmitida.

Segundo Pollak,

[...]. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência do passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.¹⁴

É a partir desse enquadramento e das tentativas de construção de uma memória comum, podemos problematizar as utilizações feitas dessa memória através das rememorações e comemorações. Segundo Ricouer, citado por Silva¹⁵, a “rememoração” pode ser compreendido como uma ação de remontar o passado vivido. Assim ao rememorarmos acontecimentos temos a possibilidade de reorganizar os fatos, esquecendo aqueles com os quais não nos identificamos.

É a partir disso que, segundo Todorov, passamos a conhecer a modalidade do “comemorador”.

[...]. Como a testemunha, o comemorador é guiado sobretudo pelo interesse; mas, como o historiador, produz seu discurso no espaço público e apresenta-o como dotado de uma verdade irrefutável, distante da fragilidade do depoimento pessoal.¹⁶

Assim, ao observarmos as disputas referentes à memória, a construção de discursos para a comemoração e rememoração de fatos que envolveram a Revolta dos Posseiros, deve-se problematizar tais situações, pois é através destas que se busca forjar uma história oficial do movimento, em detrimento das inúmeras memórias de grupos e indivíduos que fizeram parte de tal levante.

Dos documentos produzidos pela Secretaria de Cultura de Francisco Beltrão, através do *Projeto Memória*, os encartes nº 01, 04 e 05 são os que se referem diretamente a Revolta dos Posseiros. O primeiro documento intitulado *Revolta dos Posseiros Cinquentenário 1957-2007: “a ocupação das terras do Sudoeste do Paraná”*, apresenta de forma linear os acontecimentos que envolveram a região entre os séculos XIX e XX, salientando os conflitos que influenciaram de maneira direta e indireta na Revolta de 1957, o mesmo apresenta também, de forma sucinta, os quatro momentos que segundo o mesmo foram decisivos à Revolta, sendo eles a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório em 1943, a instalação e atuação da Sociedade Cleveland Industrial e Territorial Ltda na região Sudoeste em 1950, a Revolta em si em 1957 e por último a criação e atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná entre 1962 e 1973, com objetivo de titular as terras aos posseiros. O documento nº 04 *Revolta dos Posseiros Cinquentenário 1957-2007: peça teatral “A Revolta dos Posseiros”*, apresenta o roteiro da peça teatral apresentada na região, a qual representa a Revolta e os discursos construídos sobre a mesma. Já o documento nº 05 *Revolta dos Posseiros Cinquentenário 1957-2007: exposição fotográfica*, apresenta a Revolta através de imagens, principalmente as que fazem referência ao ápice da mesma em outubro de 1957.

Já no encarte produzido pela Secretaria de Cultura de Pato Branco em conjunto com outros órgãos estaduais, que se intitula *50 anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o*

passado de Lutas, para valorizar a liberdade do presente, a Revolta é apresentada em linhas gerais, sendo salientados alguns fatos diretamente relacionados a cidade de Pato Branco e aos cidadãos da mesma que participaram do movimento.

A partir da leitura de tais documentos podemos observar a construção, estruturação e disseminação de uma única memória oficial sobre o levante, pois não são questionados os motivos que levaram a Revolta, os quais vão além da luta pela terra, o que resume em muito a mesma a uma simples disputa por posse, relegando as disputas ideológicas e de poder que lá se estabeleceram. Para tanto, a organização de tais documentos é orientada por títulos chamativos, textos sucintos, objetivos e ilustrados, pois as imagens são utilizadas como uma representação fiel dos acontecimentos não levando em consideração que as mesmas também são uma construção. Assim, a estruturação dos documentos contribui para legitimar o discurso apresentado e, ainda, não possibilita a um leitor que pouco conhece sobre a Revolta dos Posseiros entender que a mesma possui diferentes versões, interpretações e significados, não sendo o discurso apresentado a única versão válida sobre o movimento.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LE GOFF, Jacques. “*Memória*”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994, p.419-476.

MARTINS, R. S. *Entre jagunços e posseiros*. ed. 1, Curitiba: Studio GMP, 1986.

MOTTA, Márcia (org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.98-102.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “*Rememoração/comemoração: as utilizações sociais da memória*”. In: *Revista Brasileira de História*, V. 22, N. 24, 2002, p. 425-438.

SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. “*Discurso*”. In: *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p. 101-103.

TZVETAN, Todorov. “*A conservação do passado*”. In: *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002, p. 133- 171.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Paraná Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

Teses e dissertações:

AMANCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Dissertação (Mestrado em

História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá : [s.n.], 2009.

Sites:

<http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/patrimonio/pmem.asp>

Fontes:

LAZIER, Hermógenes. *Análise histórica da posse de terra no Sudoeste paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

VOLTOLINI, Sittilo. *Retorno 2: Pato Branco na revolta dos posseiros de 1957*. Pato Branco: Imprepel, 1997. 229 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Caderno Cultural - Projeto Memória. Departamento de Cultura. Ano 1, nº 1, Francisco Beltrão, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Caderno Cultural - Projeto Memória. Departamento de Cultura. Ano 1, nº 3, Francisco Beltrão, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Caderno Cultural - Projeto Memória. Departamento de Cultura. Ano 1, nº 4, Francisco Beltrão, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. Caderno Cultural - Projeto Memória. Departamento de Cultura. Ano 1, nº 5, Francisco Beltrão, 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE ELAZER/ PREFEITURA DE PATO BRANCO. 50 anos Revolta dos posseiros: resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente. S.l.:s.n., 2007.

¹ Acadêmica do 4º ano de História/Matutino – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon. Bolsista do Projeto Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores, financiado pela Fundação Araucária e pelo CNPq. Orientado pelo Professor Dr. Marcos Nestor Stein.

² Disponível em < <http://www.franciscobeltrao.pr.gov.br/cultura/patrimonio/pmem.asp>> site acessado em 21 de outubro de 2010 às 16h20min.

³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999, p.15.

⁴ *Ibidem*, p. 21.

⁵ Entende-se por posseiro aquele que se encontra na posse ou que ocupa um trecho de terra sem ser portador de um título legal de propriedade, tanto na área urbana quanto rural.

MOTTA, Márcia (org). “Posseiro”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 373-376.

⁶ SILVA, Kalina V. SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Ed. Contexto, 2008, p. 101.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.89.

⁸ Segundo Cristiano Christillino entende-se por colono pequenos proprietários que receberam ou adquiriram lotes para cultivo e subsistência. Tais lotes podendo ser adquiridos do Estado ou de colonizadoras particulares. MOTTA, Márcia (org). “Colono”. In: *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 102-103.

⁹ LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994, p. 419.

¹⁰ *Ibidem*, p. 419.

¹¹ Segundo Le Goff, por documento entende-se o “papel justificativo” ou, ainda, a “prova histórica”. E por monumento “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp. 1994.

¹² Ibidem, p. 422.

¹³ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 08.

¹⁴ Ibidem, p. 09.

¹⁵ SILVA, Helenice Rodrigues da. ‘ “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória’. In: *Revista Brasileira de História*, V. 22, N. 24, 2002, p. 428.

¹⁶ TZVETAN, Todorov. “A conservação do passado”. In: **Memória do mal, tentação do bem**. São Paulo: Arx, 2002, p. 154.